Sinal Plural completou um ano de nova roupagem em abril. Ela reuniu a *Revista do Sinal* e o informativo *Porvir*, ligando os leitores de vários segmentos de nossa categoria, em especial, os aposentados, que sempre transmitem experiência e sabedoria às novas gerações, principalmente quando se trata da luta por seus direitos.

Em março, por exemplo, mais de 1.200 pessoas lotaram o Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, no encontro nacional pela PEC 555/2006, que extingue gradativamente a contribuição dos inativos e pensionistas à Previdência. Dirigentes do Sinal e de outras carreiras de Estado vêm participando ativamente das manifestações e das articulações políticas para derrubar essa injustiça, instituída na reforma de 2003.

Em abril ocorreram eleições regionais do Sindicato, quando vimos, com alegria, a entrada de novos conselheiros. No próximo número, conheceremos suas opiniões e expectativas sobre o movimento sindical – e social – do país.

Na composição da nova Diretoria Executiva Nacional do Sinal, eleita em 1º de maio, procurou-se dar maior representatividade às regionais menores, principalmente do Norte-Nordeste. Desta forma, iniciamos a lição de casa que propusemos ao Banco Central por ocasião da XXV Assembleia Nacional Deliberativa (AND), realizada em novembro passado em Belém, cujo tema principal foi a "Valorização das Regionais".

Em 2013, o Parlamento brasileiro completa 190 anos de história. Por ele passam muitos dos nossos anseios e proposições referentes ao corpo funcional do BC e a outras carreiras responsáveis pelo bom funcionamento do Estado e da economia brasileiras. Assim, preocupa-nos a intolerância entre os poderes da República ou entre os movimentos pelos direitos sociais ou religiosos. Esperamos que, junto às comemorações desses quase dois séculos, os representantes do povo no Legislativo, os eleitos para o Executivo e os que integram o Judiciário realinhem-se para formular, executar e fazer cumprir as leis que asseguram a estabilidade social e a democracia duramente conquistada.

Nesse sentido, é simbólica a imagem captada por Orlando Brito, destacado repórter fotográfico de Brasília, em 21 de abril, nos 53 anos da Capital, gentilmente cedida por ele para ilustrar nossa capa. Brito, que já trabalhou para a revista *Veja* e os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* registrou todo o processo da redemocratização do país. A ele, registramos aqui nossos agradecimentos.

Também trazemos um artigo do senador Inácio Arruda com as considerações ao projeto de lei de sua autoria que estabelece punições ao assédio no serviço público, proposta que busca garantir respeito e qualidade de vida no ambiente de trabalho. A proposição tem amplo apoio do Sinal.

Finalmente, destacamos que, no fechamento desta edição, o Diário Oficial da União acabara de publicar o reajuste salarial, firmado no acordo dos 5-5-5, agora como Lei 12.808/2013.

Boa leitura!

Daro Marcos Piffer
Presidente Nacional do Sinal

EXPEDIENTE

Sinal Plural

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)

Sede Nacional

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo
Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900
Brasília - DF | Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br | www.sinal.org.br

Diretoria Executiva Nacional

Biênio 2013/2015

Presidente
Daro Marcos Piffer (São Paulo)

Vice- Presidente
Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor de Comunicação
Gustavo Diefenthaeler (Porto Alegre)

Diretor Secretário
Epitácio da Silva Ribeiro (Salvador)

Diretor Financeiro
Luiz Carlos Alves de Feitas (Curitiba)

Diretor Jurídico
Jordan Alisson Pereira (Curitiba)

Diretor de Assuntos Previdenciários
Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Diretor de Relações Externas
Luiz Carlos Paes de Castro (Fortaleza)

Diretor de Estudos Técnicos
Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais
Iso Sendacz (São Paulo)

Presidentes Regionais

Belém - José Flávio Silva Corrêa
Belo Horizonte - Mauro Cattabriga de Barros
Brasília - Max Meira
Curitiba - Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
Fortaleza - Uverlan Rodrigues Primo
Porto Alegre - Gustavo Diefenthaeler
Recife - Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes
Rio de Janeiro - Sergio da Luz Belsito
Salvador - Epitácio da Silva Ribeiro
São Paulo - Aparecido Francisco de Sales

Equipe da Sinal Plural

Editora | Jornalista Responsável
Myrian Luiz Alves (MTb 26891/95 - SP)

Designer Gráfico
Michelle Callegário da Silva

Suporte
Edemilson Santos Tavares
Jorge Manoel Custódio Júnior

Ficha Técnica

Impressão - EDISONHO EDITORA LTDA.
Tiragem - 4000 exemplares
Impresso em Papel Reciclato - Capa - 180gr | Miolo - 90gr

JURÍDICO 6
Ação do reajuste de 28,86%

SAÚDE 10
A dengue no Brasil

COSTUMES 12
Pinhão, o bom prato junino

SERVIDORES NO PLANALTO 14
- PEC 555 pode beneficiar 2,3 milhões de pessoas

- Marcha de 24 de abril 17

TURISMO 18
Índia em dois tempos

CAMPANHA SALARIAL 23
Dilma sanciona PL de reajuste aos servidores do BC, entre outras carreiras de Estado

SINAL 24
- Artigo: Inflação põe em xeque acordo salarial do funcionalismo

- Direção do Sinal para o biênio 2013-2015 quer proximidade com a população 26

QVT/ARTIGO 30
Coação moral no trabalho deve ser punida por lei!

HISTÓRIA 33
Câmara celebra 190 anos do Parlamento

MEIO AMBIENTE 34
O grito que vem de dentro

ECONOMIA 36
- Brasileiro comandará OMC

CULTURA 38
Clarice, a melhor tradução

Foto da capa: *O vigia,* Brasília, 21 de abril de 2013.
Autor: Orlando Brito

Senado quer discutir estrutura do Sistema Financeiro Nacional

Foto: Janildo Oliveira

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lindbergh Farias (PT-RJ), participou na segunda-feira, 6 de maio, da abertura do Seminário Internacional sobre Regimes de Resolução no Sistema Financeiro Brasileiro, promovido pelo Banco Central.

O senador informou que pretende acelerar as discussões sobre o projeto substitutivo do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) pela autonomia formal do BC, que estabelece mandato de seis anos para os diretores e condiciona suas demissões ou substituições pela Presidência da República à aprovação prévia pelo Senado. A proposta compõe o primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a estrutura do Sistema Financeiro Nacional (STN). Se aprovada pelo Congresso, a proposição substituirá a Lei 4.595, de dezembro de 1964, que regula o funcionamento do sistema financeiro.

Novo marco

No evento, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini fez um diagnóstico do anteprojeto do novo marco legal da resolução bancária, que já conta com o apoio do presidente da CAE.

A proposta do BC assegura a continuidade dos serviços e da estrutura financeira necessária ao bom funcionamento da economia real em caso de problema de solvência de instituições fundamentais com o uso de novos mecanismos.

O objetivo é o de recapitalizá-las com recursos do seu próprio passivo, sem a necessidade de aportes do governo.

Emprego x crise internacional

Segundo o senador, a estratégia brasileira para enfrentamento da crise internacional concilia o crescimento econômico com a distribuição de renda. Por essa razão, disse, o país pode manter o nível de desemprego na casa dos 5%.

"Claro que o Brasil também foi atingido pela crise, mas o governo tem clareza de que enfrentá-la passa pela ampliação dos investimentos públicos e privados em infraestrutura, pelo aumento da competitividade das nossas empresas e pela realização de programas sociais", afirmou.

Ação do reajuste de 28,86%

Em janeiro de 1993 foi concedido aos militares reajuste salarial de 128,86% pelo então presidente Itamar Franco, e para os civis de 100%, contrariando à época o inciso X, do artigo 37, da Constituição da República, que assegurava que os índices de reajuste deveriam ser os mesmos para servidores públicos civis e militares.

Essa diferença de índice de 28,86% foi concedida aos militares pela Lei nº 8.622/93, que, ao instituir um índice superior ao concedido aos civis, desrespeitou o princípio isonômico consagrado na Lei Maior.

Diante desse tratamento desigual, diversas categorias de servidores públicos civis ajuizaram ações judiciais pleiteando o reajuste de 28,86%. O Sinal ajuizou essa ação para os seus filiados que manifestaram interesse mediante autorização (2.784 servidores) em 1999.

A ação foi julgada improcedente em 1ª instância sob o argumento de que os reajustes recebidos no período do regime CLT foram superiores ao do período estatutário. Em 2ª

A história do processo

instância a decisão foi mantida sob o mesmo argumento, o que originou a interposição dos recursos especial e extraordinário, o primeiro para o STJ e o segundo para o Supremo Tribunal Federal.

No Superior Tribunal de Justiça o recurso foi negado, pois não havia na época julgados paradigmas favoráveis para o recebimento do recurso. No Supremo Tribunal Federal, o processo foi distribuído ao Min. Carlos Veloso, que deu provimento ao recurso do Sinal e determinou o pagamento aos servidores do BC do reajuste de 28,86% previsto na Lei nº 8.627/93.

O processo retornou à 20ª VF/DF para início da execução e o Sinal requereu que fosse determinado ao Banco Central a imediata incorporação de reajuste de 28,86% à remuneração dos servidores representados. Foi proferido despacho pelo juiz ordenando que o Bacen providenciasse a incorporação no prazo de noventa dias.

O Banco, após ser intimado, apresentou embargos de declaração com pedido de efeito modificativo, o que foi rejeitado pelo Juiz Titular da 20ª Vara, que fixou novo prazo de trinta dias para o Banco proceder à incorporação. Em seguida, o Banco apresentou impugnação à execução de obrigação de fazer, requerendo: a) indeferimento do pedido do Sinal, em virtude de já ter concedido o reajuste; b) que o pagamento dos atrasados fosse limitado ao período de janeiro a agosto de 1993 ou, caso assim não entendesse o juiz, c) que a limitação fosse de janeiro de 1993 até novembro de 1996, quando foi implantado o novo plano de cargos.

O juiz substituto na 20ª Vara de Brasília deferiu a postulação do Banco correspondente à alternativa "c", acima, e determinou a limitação dos valores relativos ao período de janeiro de 1993 a novembro de 1996 para a execução.

O Banco Central apresentou Agravo de Instrumento contra a determinação de pagamento dos atrasados relativos ao período de janeiro/93 a novembro/96, solicitando que prevalecesse a sua primeira opção, que era a de nada pagar ou a segunda, de pagamento de atrasados somente de janeiro a agosto/93. Esse recurso ainda aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF/DF).

O Sinal também recorreu da decisão acima mencionada, pedindo a incorporação integral do índice de 28,86% e o pagamento dos atrasados relativos a janeiro de 1993 até a data do efetivo pagamento, conforme determinado pelo STF.

O TRF/DF deu parcial provimento ao Agravo do Sinal para afastar a limitação de possíveis créditos até dezembro de 1996. Também nessa decisão do TRF/DF foi dito que eventual limitação das diferenças de 28,86% deveriam ser discutidas na execução da obrigação de pagar.

Diante dessa decisão, foram apresentados recursos Especial e Extraordinário, para o STJ e STF, respectivamente. O Banco repisando sua argumentação em favor da limitação temporal por ele defendida, e o Sinal, com fundamento na súmula 672 do STF, segundo a qual o reajuste de 28,86% somente pode ser compensado com os índices concedidos pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, sendo certo de que os servidores do Bacen nunca receberam qualquer reajuste em decorrência dessas leis.

Tanto os recursos do Sinal quanto o do Bacen foram inadmitidos. Ambos fizeram Agravos de Instrumento, para tentar que os recursos sejam apreciados pelas instâncias superiores. Os recursos encontram-se aguardando decisão pelo Superior Tribunal de Justiça.

Esse é o processo judicial, com todos os detalhes de suas fases processuais. O imbróglio judicial na fase em que se encontra, ainda vai demorar muito tempo para ser solucionado. Assim, preocupado com a demora da solução judicial, e devido à demanda de nossos filiados, o Sinal em reuniões realizadas com o BC, conseguiu levar o assunto dos 28,86% e demais ações judiciais para serem discutidos administrativamente.

Em 30 de maio de 2011 foi criado pela Procuradoria Geral do Banco Central um grupo de trabalho visando reduzir a litigiosidade entre o Bacen e seus servidores, em que participam das reuniões de trabalho representantes da Procuradoria e das entidades sindicais.

O primeiro assunto tratado pelo GT foi a ação dos 28,86%. Até hoje foram realizadas mais de 20 reuniões do grupo onde se avaliou e discutiu argumentos favoráveis para se chegar a um entendimento sobre o litígio dos 28,86%, de modo a abranger toda a categoria.

Dessas reuniões de trabalho foi feito um relatório pela Procuradoria do Bacen e encaminhado para a Advocacia Geral da União em 1° de março de 2013, submetendo o assunto para apreciação da AGU, com a conclusão pela PGBCB da existência de risco nas demandas coletivas, sendo pertinente que aquela advocacia examine o cabimento da celebração de acordo nesse caso.

As entidades sindicais não tiveram acesso ao inteiro teor do relatório, apenas ao sumário executivo com os principais pontos abordados pelo mesmo, dentre eles destacamos: (i) a necessidade de submissão do assunto à AGU por existirem membros da administração superior do BC beneficiários de eventual acordo; (ii) confronte de posicionamento do órgão central do Sipec (Nota Técnica do MOG n° 01, de 1999 – conclusão de que os servidores do BC não tem direito aos 28,86%); (iii) existência, por outro lado, de percentual considerável de processos que se encontravam em curso com situação desfavorável ao BC, destacando-se o processo 2000.34.00.009092-0; (iv) relativa indefinição na fase executiva do processo n° 1999.34.00.014681-2, do Sinal, que vem prevalecendo a decisão do TRF-1 para afastar a limitação de possíveis créditos até dezembro de 1996, e determinar em liquidação de obrigação de pagar possíveis compensações; (v) existência de jurisprudência favorável aos servidores no STJ e STF, com risco para o BC; (vi) consideração de protesto interruptivo da prescrição ajuizado pelo Sinal no tocante à questão prescricional; e (vii) registro de argumentação dos sindicatos no sentido de que mesmo servidores que ingressaram no BC após novembro de 1996 fossem beneficiados com eventual acordo.

Após o envio do assunto para a AGU, o Banco Central foi ouvido pela advocacia em 20.03.2013 onde explanou todos os pontos abordados pelo relatório. O Sinal, também fez reunião com a AGU, em 27.03.2013, e defendeu, levando ao conhecimento da AGU a jurisprudência do STJ, de que o reajustamento de 28,86% é inerente ao cargo e não a pessoa, razão pela qual o acordo, se vier a ocorrer, deve ser para todos os servidores, inclusive para os que ingressaram no BC após dezembro de 1996.

Após todas essas tratativas é preciso que a Advocacia Geral se manifeste oficialmente sobre a possibilidade ou não de realização do acordo, o Sinal não vai medir esforços para que eventual composição seja possível antes de 1° de julho de 2013, data limite para expedição do precatório, para pagamento no decorrer de 2014.

Após a resposta da AGU, caso haja interesse pela Administração na realização de acordo, o assunto será levado para apreciação e decisão pela categoria.

Mais vale um pássaro na mão...

O dito popular parece que se aplica, perfeitamente, aos nossos sofrimento, apreensão e expectativas sobre o resultado da ação dos 28,86%.

Inacreditável, entretanto, é ter de reconhecer a fragilidade de quem recorre ao Judiciário brasileiro, tendo que esperar décadas para ter a reparação de um dano ou de uma perda.

Em nosso caso, após anos e anos de batalha judicial, mesmo tendo uma decisão transitada em julgado da melhor qualidade, ainda teríamos que aguardar mais uma década para ver em nossas contas a materialização do resultado de nosso esforço.

Não foi só a morosidade do Judiciário, como, também a pressão de grande parte de nossa base que fez o Sinal buscar uma alternativa de solução para o processo dos 28,86%.

Após dois anos de conversas com o BC surgiu finalmente o GT da redução da Litigiosidade, e, logo, mais uma batalha para inserir o assunto como prioridade da pauta.

A recente autorização da AGU para que buscássemos a Central de Conciliação da Justiça Federal de Brasília traz a esperança de que possamos ter uma proposta de acordo que, se aprovada pela categoria, possa ser paga ainda em 2014.

A Diretoria Executiva do Sinal da gestão 2011-2013 entende como uma grande vitória o fato de deixar encaminhada uma solução para o assunto.

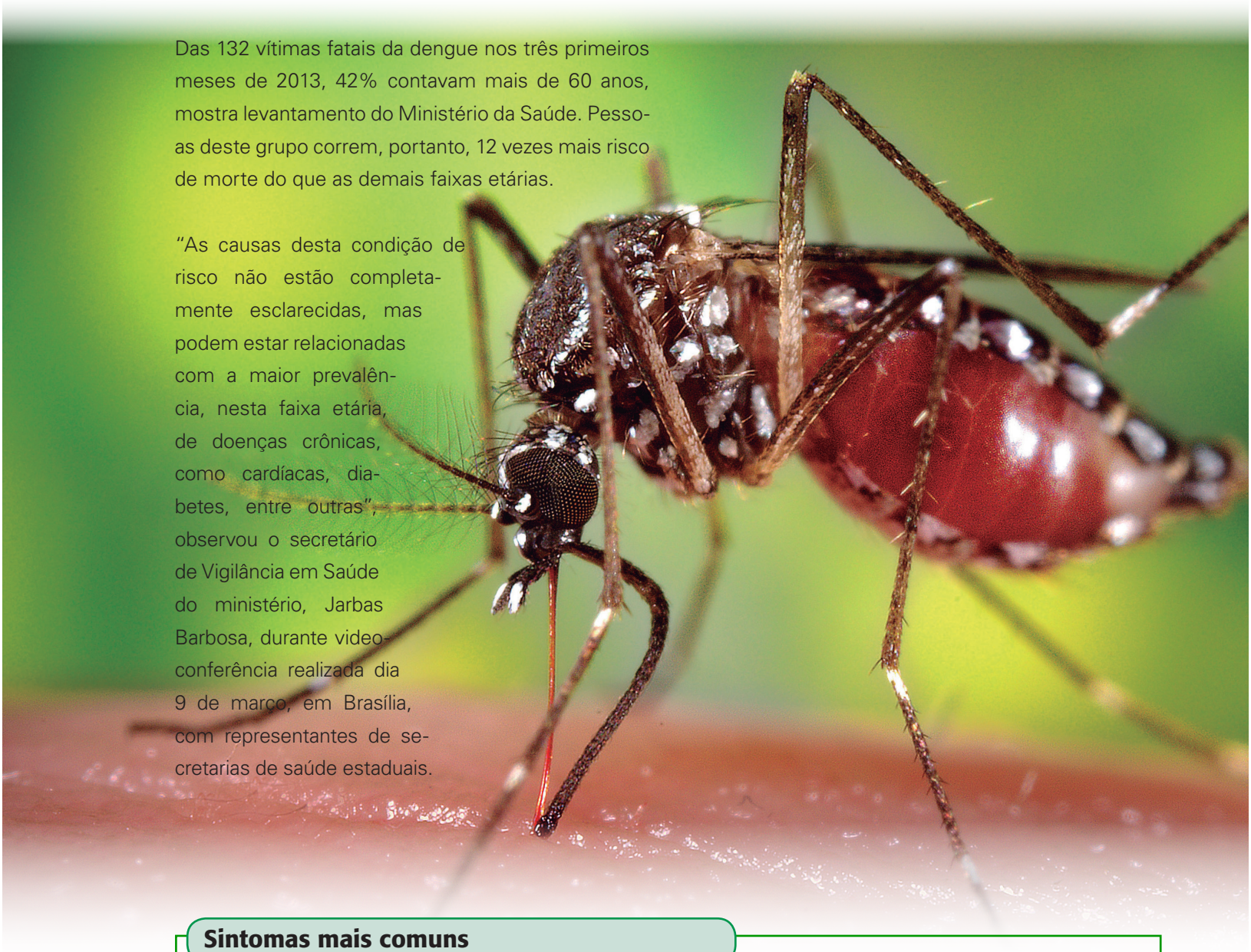
Audiência na Junta de Conciliação da Justiça Federal – ação reajuste de 28,86%

Em 8 de maio, foi realizada mais uma reunião visando o acordo nos processos de reajuste de 28,86% do Sinal e Sindsep. Estiveram presentes os representantes das entidades, acompanhados de seus advogados, os procuradores do Banco Central e o Dr. Leandro dos Santos Marques, representando a Advocacia Geral da União.

A AGU informou que ainda está estudando o processo, que o mesmo encontra-se com sua consultoria jurídica e que eles só se pronunciarão após ouvir o Ministério do Planejamento sobre a Nota Técnica/MOG nº 01, de 1999, uma das razões, segundo a Procuradoria do BCB, de necessidade de submissão do assunto à Advocacia Geral. Logo, ainda não há definição por parte da AGU sobre a viabilidade de um acordo.

Embora a AGU sustente ser fundamental a consulta ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para nós ela é meramente protelatória, uma vez que, pelo nosso entendimento, a mencionada nota técnica está superada com a decisão favorável aos servidores na ação do Sinal pelo STF, que está transitado em julgado e é, portanto, irrecorrível. A próxima reunião está agendada para o dia 28 de maio.

A dengue no Brasil



Das 132 vítimas fatais da dengue nos três primeiros meses de 2013, 42% contavam mais de 60 anos, mostra levantamento do Ministério da Saúde. Pessoas deste grupo correm, portanto, 12 vezes mais risco de morte do que as demais faixas etárias.

"As causas desta condição de risco não estão completamente esclarecidas, mas podem estar relacionadas com a maior prevalência, nesta faixa etária, de doenças crônicas, como cardíacas, diabetes, entre outras", observou o secretário de Vigilância em Saúde do ministério, Jarbas Barbosa, durante videoconferência realizada dia 9 de março, em Brasília, com representantes de secretarias de saúde estaduais.

Sintomas mais comuns

• Febre, dor de cabeça - algumas vezes mais localizada no fundo dos olhos - e dores nas articulações.

• Se a pessoa com a doença apresentar dores abdominais e vômitos persistentes, deve buscar imediatamente um serviço de saúde porque estes são sinais de agravamento.

• Também é fundamental não tomar remédio que tenha em sua composição o Ácido Acetil Salicílico (AAS, aspirina e outros) e se hidratar com água, sucos e água de coco.

Devido a esta vulnerabilidade, o Ministério da Saúde alerta aos idosos a procurarem os serviços de saúde assim que surgirem os primeiros sinais da doença.

O secretário enfatizou a necessidade das autoridades estaduais e municipais intensificarem as ações de mobilização comunitária. O objetivo é a eliminação dos focos intradomiciliares; o trabalho dos agentes municipais de controle de endemias e, ainda, as ações de limpeza urbana e de fiscalização de borracharias, ferros-velhos e outros locais que favorecem a multiplicação dos criadouros do mosquito transmissor da doença.

"A combinação do trabalho preventivo de cada família com as ações do Poder Público, é capaz de reduzir a população do Aedes aegypti. *As pessoas devem redobrar os cuidados em suas casas, verificando a caixa d´água, vasilhames para o armazenamento de água, calhas, lixo e outros recipientes que acumulam água, como pratos de vasos para plantas, entre outros."*

Jarbas Barbosa
Secretário de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde

Investimentos

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde destinou aos estados e municípios, de forma permanente, recursos para o financiamento das ações de vigilância, o que inclui o controle da dengue: R$ 1,05 bilhão em 2010; R$ 1,34 bilhão em 2011; e R$ 1,73 bilhão em 2012. Além disso, todos os municípios receberam adicional de R$ 173,3 milhões, efetuado em dezembro de 2012, para ações de qualificação das atividades de prevenção e controle da dengue, visando prevenir a intensificação da transmissão que sempre ocorre no verão. Em 2011, foram R$ 92,8 milhões para 1.159 municípios.

(Fonte: Agência Saúde)

Mapa da doença

Nos três primeiros meses deste ano, 11 estados brasileiros apresentaram alta incidência de dengue e concentraram 74,5% dos casos notificados ao Ministério da Saúde. De 1º de janeiro a 30 de março, os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás registraram índices que vão de 304.9 até 3.105 casos por 100 mil habitantes.

O Ministério da Saúde considera três níveis de incidência de dengue: baixa (até 100 casos por 100 mil habitantes), média (de 101 a 300 casos) e alta (acima de 300). A média nacional é de 368.2 casos/100 mil habitantes.

Em números absolutos, os 11 estados registraram 532.107 casos suspeitos, o equivalente a 74,5% do total das notificações em todo o país, ou seja, 714.226. Do total de casos suspeitos notificados neste ano, 83.768 já foram descartados. Vale destacar que as notificações em 2013 ainda são consideradas suspeitas, podendo ser descartados ou confirmados após a investigação pelas secretarias municipais de saúde.

No ano passado, no mesmo período (1º de janeiro a 30 de março), foram 190.294 notificações. Em 2011, os casos notificados foram 344.715 e, em 2010, de 501.806.

Embora o Brasil contabilize aumento nos casos suspeitos, foi registrada redução de 5% dos casos graves, se comparado ao mesmo período de 2012. No ano passado, ocorreram 1.488 casos graves e, neste ano, foram confirmados 1.417. Foram confirmados 132 óbitos (entre 1º de janeiro a 30 de março) de 2013. Em 2012, foram 117 óbitos; 236 (2011) e 306 (2010), no mesmo período.

Pinhão, o bom prato junino

De forte presença no Paraná, São Paulo e Minas Gerais, o pinhão é a semente da Araucária, o Pinheiro do Paraná. De colheita abundante entre maio e julho, tornou-se um dos principais pratos das festas juninas nas regiões Sul e Sudeste.

Com alto valor nutricional, possui amido, vitaminas do complexo B, cálcio, fósforo e proteínas. A casca se abre durante o cozimento em água, que deve ocorrer lentamente. No Paraná, onde é mais popular, é consumido também assado. Em Lages, Santa Catarina, de 24 a 2 de junho, será realizada a 25ª Festa Nacional do Pinhão. O evento, com direito a princesa e rainha, reúne milhares de pessoas.

O pinhão já foi alimento fundamental entre as populações indígenas do sul do país, dos bandeirantes e várias espécies de animais. Camundongos, esquilos, o porco selvagem e aves como o tucano ou a gralha-azul contribuem com a reprodução da araucária, ao alimentar-se da semente e também espalhá-la em áreas preferencialmente úmidas. Dos outrora 20 milhões de hectares de Floresta de Araucária original, existem apenas cerca de 5%, resultado, principalmente, da ação predatória industrial e de serrarias.

Os bandeirantes do Vale do Paraíba marcavam a saída das expedições em datas coincidentes com a safra do produto, na Serra da Mantiqueira. Além de farta alimentação, eles garantiam alto poder energético. Cozido em grandes panelas ou assados na brasa, o pinhão também carrega a história da degustação festiva e em comunhão.

Nas festas juninas da capital e do interior de São Paulo, encontra-se fartamente o pinhão, geralmente cozido, com casca, apenas em água com um pouco de sal. Ao morder a base, a amêndoa se solta, macia. O problema é parar de comer.

Bolo de pinhão e coco

Ingredientes

1 xícara de pinhão cozido e moído
meia xícara de leite de coco
2 xícaras de farinha com fermento
100g de margarina
2 xícaras de açúcar
2 ovos

Modo de preparo

Bata as gemas com açúcar e a margarina, até formar uma gemada bem cremosa. Passe o pinhão no leite de coco, junte-o à gemada e misture bem. Peneire em cima da farinha e o amido de milho. Por último, acrescente as claras. Leve ao forno com temperatura de até 180 graus Celsius, por 30 a 40 minutos, em forma untada e enfarinhada.

Sopa cremosa de pinhão

Ingredientes

1 xícara de pinhão cru
1 litro de água
1 cubinho de caldo de carne
gotas de um limão
cebola e alho a gosto

Modo de preparo

Passe os pinhões, a cebola e o alho no liquidificador, misturando um pouco de água. Coloque os ingredientes já triturados, o caldo de carne e o sumo de limão em uma panela com o restante da água. Mexa sem parar. Se o caldo ficar muito grosso, acrescente um pouco mais de água. Perfume a sopa com uma folha de louro.

Composição Nutricional do Pinhão

1 unidade (pinhão cozido) - 10 gramas

Valor Calórico	17,4kcal
Carboidrato	4,3 gramas
Proteína	0,4 gramas
Lipídeos	0,01 gramas
Fibras	1,56 gramas
Potássio	72,7 mg
Fósforo	16,6 mg
Magnésio	5,3mg
Cálcio	1,6 mg
Vitamina C	2,8 mg

PEC 555 pode beneficiar 2,3 milhões de pessoas

Servidores pressionam aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que recupera direito de aposentados e pensionistas do serviço público perdido na Emenda Constitucional 41, da Reforma da Previdência de 2003

Coordenador da Frente São Paulo pela PEC, Paulo Lino, e deputado João Dado (PDT-SP)

É cada vez maior a adesão do movimento sindical e social à luta dos servidores pela aprovação da PEC 555/2006. No dia 20 de março, mais de 1.200 pessoas lotaram o Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados durante o Encontro Nacional Pela PEC 555, com a participação de entidades sindicais de todo o país, em especial às das carreiras de Estado, entre elas o Sinal.

Como vem ocorrendo em vários momentos, os dirigentes regionais e nacionais participam da organização à realização das manifestações chamadas pelo Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap) em favor da proposta que extingue gradativamente a contribuição dos chamados inativos, segundo a denominação da previdência.

Parlamentares de várias legendas, dos diversos campos de atuação, estiveram no evento, preparado para acontecer durante toda a quarta-feira. Às 11h, o espaço foi cedido pela mesa para a instalação da Frente Parlamentar de Direitos Humanos, criada por deputados contrários à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara pelo deputado Marco Feliciano (PSC-SP).

Na parte da tarde, havia fila de oradores em apoio à votação imediata da matéria. O deputado João Dado (PDT-SP), ex-colega do Banco Central, entre outras autoridades, intercedeu pela realização de audiência de representantes de entidades com o presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Um dos coordenadores da frente paulista pela PEC 555, e dirigente do Sinal SP, Paulo Lino, integrou a comissão recebida por Henrique Alves.

Momentos antes do encontro, o requerimento que pede urgência na inclusão da proposição na pauta do plenário circulou durante a reunião do colégio de líderes. Com algumas ausências na reunião, os líderes ali presentes assinaram a reivindicação. As articulações para completar as 22 assinaturas, incluindo a do líder do governo, depende agora da sinalização do Planalto.

Espera-se bom senso das bancadas na agilização da votação da PEC. Em outra esfera, no Supremo Tribunal Federal (STF), partidos e entidades, baseados no resultado do julgamento da Ação Penal 470, ingressaram com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para a anulação da reforma da Previdência.

O artigo 4º da Emenda Constitucional 41 estabeleceu a contribuição de 11% sobre a parcela da remuneração que exceder ao teto estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) – atualmente, de R$ 4.159,00.

Elaborada para eliminar imediatamente a contribuição, a proposta de extinção gradual foi incorporada à PEC 555 em 2010 pelo relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). A redução teria início aos 61 anos, diminuiria 20% ao ano e seria extinta aos 65 anos.

Dirigentes do Sinal no Encontro Nacional pela PEC

O presidente do Mosap, Edison Haubert chama a atenção para a realidade dos atingidos pela polêmica – e injusta – reforma de 2003:

"A taxação atingiu muita gente que já estava aposentada há muito tempo e que contava com o dinheiro para comprar remédios e usar planos de saúde.

Não há razão para um sujeito que já contribuiu pra a sua aposentadoria voltar a contribuir.

Se o governo pode perdoar dívidas e desonerar vários setores, nós entendemos que eles não precisam do nosso dinheiro."

Uma nova maneira de desenvolver competências e entregar resultados

CAPACITAÇÃO
- Treinamento
- Desenvolvimento
- Educação

CONSULTORIA
- Gestão Corporativa
- Financeira
- Econômica

SELEÇÃO EXECUTIVA
- Média Gerência
- Alta Gerência
- Diretoria

PROJETOS DE APRESENTAÇÃO
- Roteiro
- Construção de Slides
- Coaching

Ligado à Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central e voltado para os mercados privado e público, o Instituto conta com 250 consultores qualificados, em todo o Brasil. Um time orientado para descomplicar o complicado.

Solicite uma visita e saiba como.

www.ifenasbac.com.br
61 3226-4418 / 3323-1055
ifenasbac@ifenasbac.com.br

Instituto Fenasbac
Excelência Profissional

Marcha de 24 de Abril

Manifestantes ocupam Esplanada e unificam protestos do funcionalismo e dos mais variados segmentos do movimento social

Servidores públicos federais, militantes partidários e de diversos segmentos do movimento social uniram-se na passeata de ontem, em Brasília. Os manifestantes partiram do Parque da Cidade, desceram o Eixo Monumental e a Esplanada dos Ministérios até a Praça dos Três Poderes, em protesto contra as mais variadas ações do governo federal.

Participaram trabalhadores da usina de Belo Monte, petroleiros, professores das unidades da Federação que descumprem o piso nacional e dirigentes das carreiras de Estado, entre eles dirigentes do Sinal, em luta pela Campanha Salarial Unificada 2013.

As reivindicações variavam da necessidade de mais investimentos públicos nas áreas sociais aos discursos contra a destinação de verbas apenas às grandes obras; em defesa da execução de políticas públicas à cidadania, ao benefício de toda a população.

Com a aprovação, pela Câmara, do projeto de lei que reajusta os subsídios das carreiras, incluindo nossa categoria, na terça-feira, 23, os servidores das carreiras de Estado esperam, agora, agilidade na sanção presidencial, preparando-se para novas – ou contínuas – batalhas já em andamento, como a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras.

A pauta da próxima manifestação, marcada para 15 de maio, vai tratar do endividamento das unidades da Federação e dos municípios.

Índia em dois tempos

Viajar de trem pode ser uma ótima opção para iniciantes em Índia

Alexandre Webhy | Servidor do BC

O Qutab Minar, construído em 1193 junto à mesquita Quwwat-ul-Islam, é o mais antigo minarete da Índia e marca o início de séculos de dominação islâmica

Alexandre e Denise em férias na Índia

Se o Taj Mahal faz jus à fama? Sim. A coloração do mármore varia com a luminosidade. Aqui o monumento parece levemente rosado

Quando se trata de viagem, eu e minha esposa e companheira de todas as viagens, Denise, sempre preferimos concentrar nossos 30 dias de férias em um ou dois países. Assim conseguimos captar melhor, ainda que brevemente, a atmosfera do lugar, explorar as várias facetas e "riscar do mapa" por algum tempo aquele pedaço do planeta, já que o mundo é imenso e a vida é curta.

A regra serve para a maioria dos lugares, mas, certamente, não se aplica integralmente à países grandes, cheios de atrações, como Turquia, Índia e China, que demandam várias visitas.

Desta forma, dispor de menos de 20 dias para conhecer um país continental, diverso e rico em história, religião e cultura é um enorme desafio, sobretudo quando se trata da primeira visita.

A escolha natural seria, grosso modo, visitar as atrações mais conhecidas, a maioria no norte/noroeste do país, e deixar para outra oportunidade o sul. Ou visitar Delhi, Varanasi e o Taj Mahal, esquecer o Rajastão, e correr para o sul.

Ai descobrimos a possibilidade de cobrir uma parte importante da India em roteiros de trem de uma semana. Trens exclusivos para turistas instalados em cabines. Um cobrindo o Rajastão, Varanasi e Agra e o outro os estados sulinos: Karnataka, Kerala e Tamil Nadu.

Vagão-refeitório do Royal Rajasthan on Wheels

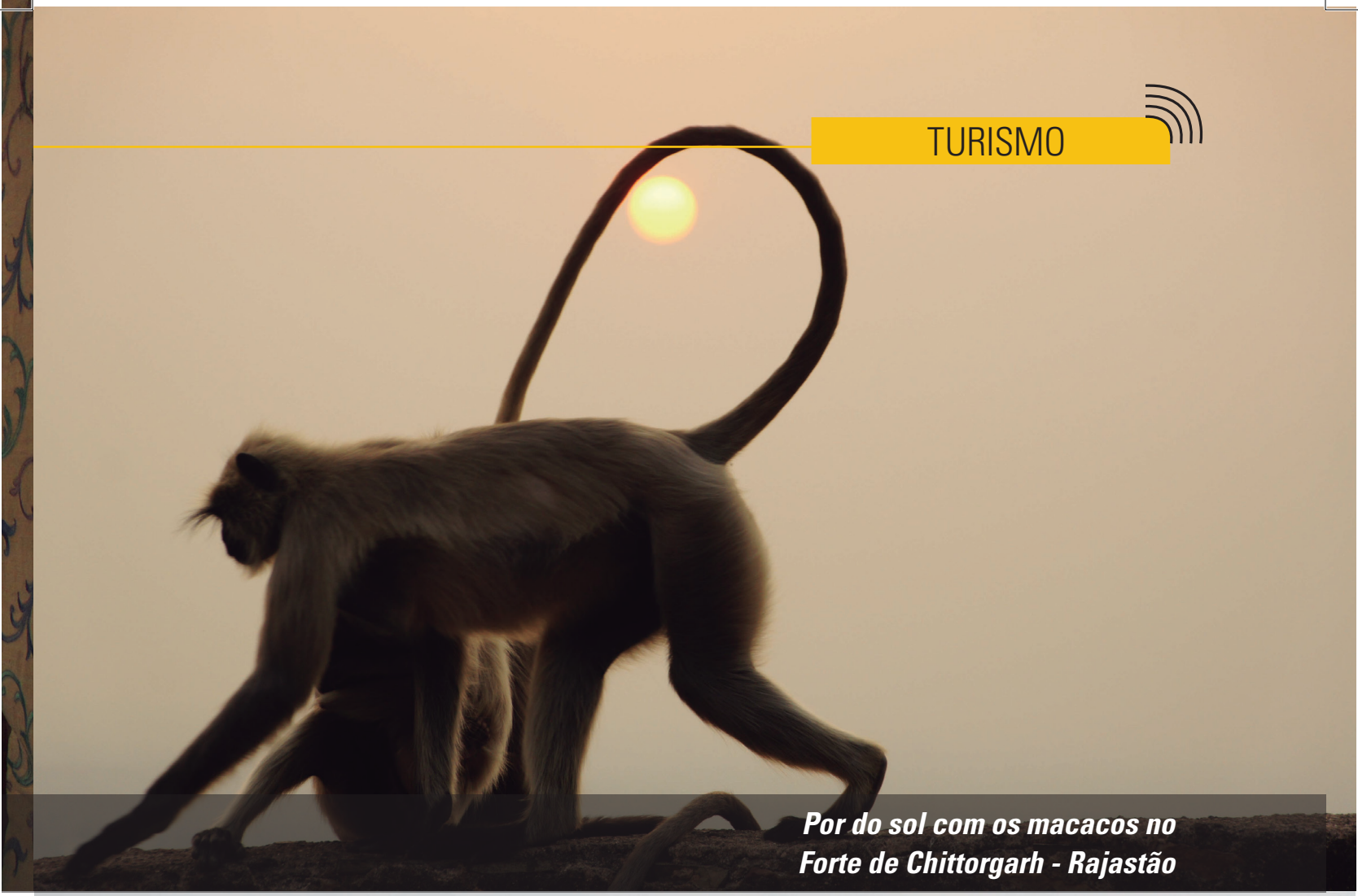
Desta forma, visitaríamos as principais atrações do país sem preocupar-nos com o trânsito, muito difícil mesmo nas estradas, instalados em cabines confortáveis por uma semana inteira – trocar de hotel é sempre estressante – com todos os deslocamentos locais e refeições incluídos.

A decisão mostrou-se extremamente acertada. Os trens foram relativamente pontuais; considerando que não estávamos na Suiça, os restaurantes-cabine eram excelentes, bem como os guias que nos acompanharam.

Cabine do confortável Golden Chariot

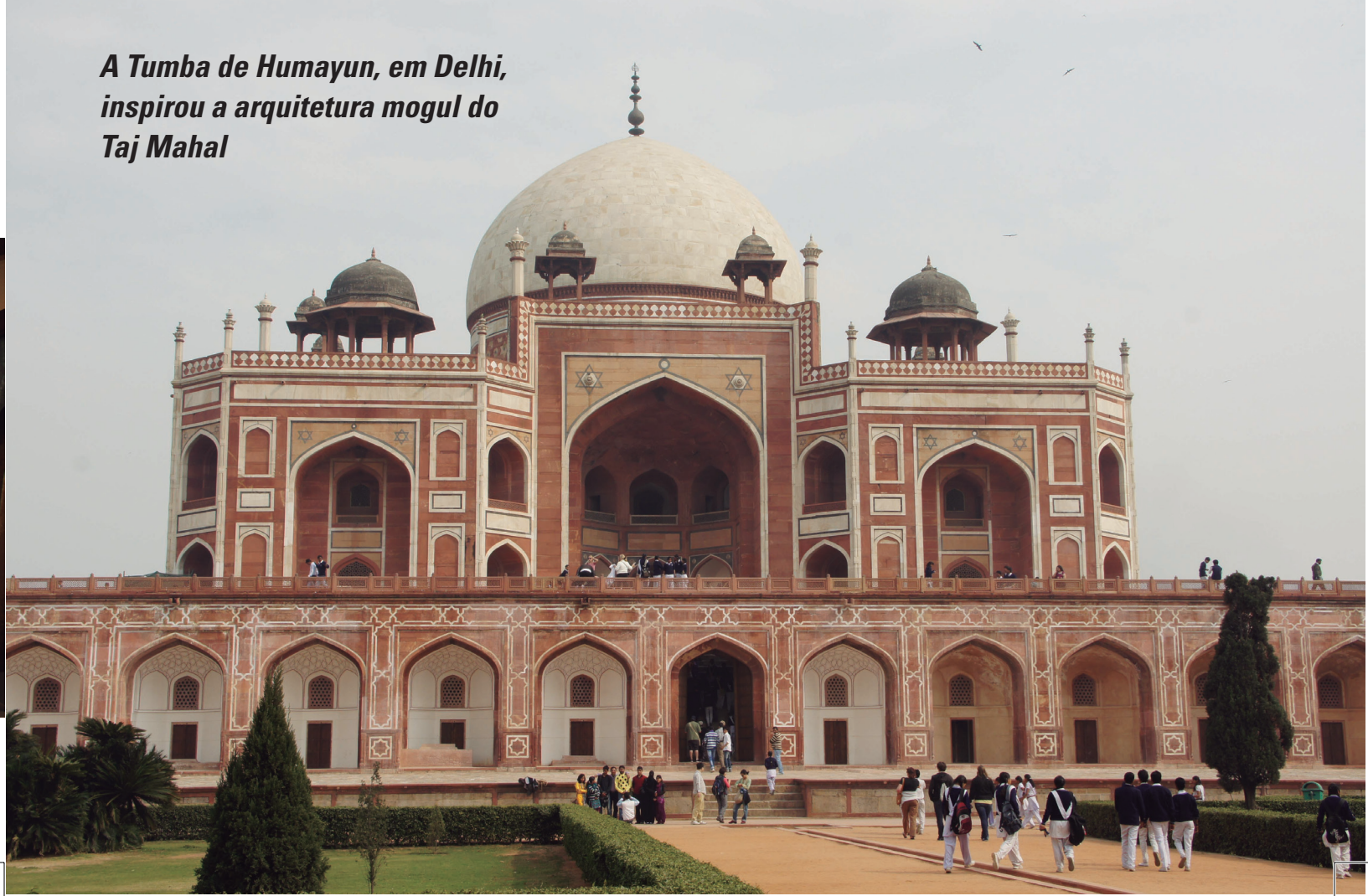
O formato certamente não serve para os que buscam transcendência espiritual, maior contato com a população ou algum interesse específico, e gostam de viajar ao sabor dos ventos, pois as visitas são breves e não dá para "ficar um dia a mais" em alguma parada.

Se a intenção, no entanto, é voltar algum dia à India, a solução é perfeita, pois pode-se escolher exatamente os lugares que se pretende revisitar



Por do sol com os macacos no Forte de Chittorgarh - Rajastão

A Tumba de Humayun, em Delhi, inspirou a arquitetura mogul do Taj Mahal



Campanha Salarial Unificada/2013

dos servidores federais

- Definição de data-base (1° de maio)
- Política Salarial permanente com correção das distorções, reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos PLP´s, MP´s, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios

Todos juntos de novo

"Por servidores valorizados e serviços públicos de qualidade para os brasileiros".

Ronaldo Alves | Março 2013

ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, ASSIBGE-SN, CNTSS, CONDSEF, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, CTB, CUT, FASUBRA, FENAJUFE, FENALE, FENALEGIS, FENAPRF, FENASPS, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAGÊNCIAS, SINAIT, SINAL, SINASEFE, SINASEMPU, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINDLEGIS, SINPECPF, SINTBACEN, e UNACON-SINDICAL

DOU publica Lei 12.808, de reajuste aos servidores do BC, entre outras carreiras de Estado

Aprovado pela Câmara dos Deputados em 23 de abril, a Presidente da República sancionou na terça-feira, 7 de maio, o Projeto de Lei (PL) 4909/2012, que reajusta em 15,8% os salários de 81 mil servidores, entre eles, os especialistas do Banco Central do Brasil.

Publicado como Lei 12.808/2013 no Diário Oficial da União de 9 de maio, o reajuste será pago em três parcelas, até 2015. Os valores retroativos das diferenças salariais entre janeiro e abril foram depositados pelo BC em 13 de maio.

O Sinal trabalhou arduamente por quase três meses pela inclusão do projeto na pauta de votação da Câmara e do Senado, em meio ao recesso e logo após o início dos trabalhos legislativos. O PL só poderia ser votado após aprovação do Orçamento da União, aprovado somente em março.

Em Brasília e nas capitais, dirigentes nacionais e regionais do sindicato articularam, mesmo durante as férias parlamentares, o apoio de deputados, senadores e lideranças de diversos partidos para obtermos apoio à aprovação do projeto do Executivo.

A votação ocorreu após esclarecimento do líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a respeito do vício de iniciativa da emenda do deputado Amauri Teixiera (PT-BA), de inclusão, no texto do PL, de um grupo de servidores da Susep. Chinaglia alertou que a proposição de alterações salariais é, constitucionalmente, exclusividade do Executivo. Sua aprovação obrigaria a presidente a vetá-la e, assim, a Susep ficaria sem o aumento. Parlamentares se comprometeram a reabrir negociações do governo com a Susep.

Como o reajuste ficou bem aquém do reivindicado, e com a inflação ascendente, a Campanha Salarial deste ano poderá reivindicar a antecipação das parcelas futuras do acordo.

Convenção 151 da OIT

O Sinal, entre outras entidades sindicais, participou, em 9 de abril, da audiência pública sobre a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o princípio da negociação coletiva para trabalhadores do setor publico. A audiência, na Comissão de Assuntos Sociais, foi requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Em março, a presidente Dilma Rousseff se comprometeu a regulamentar a Convenção, ratificada em 2010 pelo Congresso Nacional, e que precisa ser adaptada à legislação para entrar em vigor.

Inflação põe em xeque acordo salarial do funcionalismo

Sérgio da Luz Belsito | Presidente Nacional do Sinal (biênio 2011-2013)*

O governo da presidente Dilma ganhou algum fôlego no cabo de guerra que travara com o funcionalismo público ao firmar, em 2012, acordo de reposição parcial das perdas salariais. Mas o armistício pode ser suspenso e ser aberto novo flanco de enfrentamento caso as previsões de alta da inflação se confirmem, pelo menos, por parte das entidades representativas, que pertencem às chamadas carreiras exclusivas de Estado, com importância fundamental para os projetos estratégicos do governo.

As condições para que o funcionalismo assinasse a proposta do governo foram aceitas dentro de um contexto. Qualquer mudança de cenário que represente mais perdas salariais exigirá novas bases de negociação. O funcionalismo está atento e vai reagir às mudanças "atmosféricas" da inflação. Se as nuvens ficarem cinzas e pesadas, vamos pedir a revisão do contrato firmado.

Esse pequeno contingente, 7% de todo o funcionalismo, pertence a cinco núcleos essenciais do aparelho de Estado: 1) o do sistema financeiro, Banco Central, Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2) o de arrecadação (Receita Federal e Auditoria do Trabalho), 3) o de regulação (agências reguladoras), 4) o de infraestrutura, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) e especialistas e analistas de infraestrutura) e 5) o de segurança pública, agentes, papiloscopistas e escrivães da Polícia Federal.

Entidades das carreiras típicas de Estado defendem a manutenção da atual política econômica - O pessoal do núcleo financeiro, por exemplo, é que maneja os mecanismos que levaram à redução da taxa de juros, ao controle do câmbio e da inflação, temas considerados chave para a estabilidade financeira do país. As carreiras da auditoria da Receita e do Trabalho, respectivamente, cuidam da arrecadação dos tributos (impostos, contribuições e taxas) e do combate ao trabalho degradante, portanto, fundamentais para garantir recursos no tesouro, especialmente neste momento de crise econômica e desoneração de tributos, e dignidade aos trabalhadores brasileiros.

Os servidores das agências reguladoras, neste momento em que o governo implementa o chamado PAC das Concessões (aeroportos, portos, rodovias, ferrovias e energia), serão fundamentais para fiscalizar e regular os concessionários e prestadores de serviço, de modo que os consumidores e a população em geral recebam serviços de qualidade e a preço justo. O pessoal da infraestrutura, que é responsável pela execução, no caso dos servidores do Dnit, e pelo planejamento, fiscalização e gestão das

obras, no caso dos analistas e especialistas em infraestrutura, faz parte de outro programa fundamental da presidente Dilma.

Finalmente, os agentes, papiloscopistas e escrivães da Polícia Federal, além de cuidar das diligências e serviços de inteligência da Polícia, têm a responsabilidade de garantir a segurança dos grandes eventos que acontecerão no Brasil nos próximos anos, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Colocando em outras palavras, a condução da política econômica interessa, e muito, a essa parcela do funcionalismo, porque eventual erro vai afetar ainda mais o já corroído salário dos servidores.

As entidades das carreiras típicas de Estado defendem a manutenção da atual rota de controle da inflação e do estímulo à produção industrial. O remédio para evitar que se repitam nos próximos anos situações como essa, de exaustivas e instáveis negociações salariais, será a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva no serviço público.

A organização sindical, seja no setor privado, seja no serviço público, segundo a Organização Internacional do Trabalho, pressupõe três condições: o direito de sindicalização, o direito de negociação e o direito de greve. No caso dos servidores públicos brasileiros, apenas o primeiro está assegurado legalmente. O processo de negociação no serviço público foi, em 2012, recheado de falhas e conduzido sem as regras nem os cuidados que temas dessa importância e complexidade requerem, conforme recomenda a Convenção 151 da OIT, recentemente ratificada pelo Brasil.

Houve falhas estruturais - como a ausência de regulamentação da própria Convenção 151 da OIT, a falta de uma política salarial, o descumprimento do preceito constitucional que obriga a revisão geral anual e a lacuna no direito de greve - e falhas conjunturais e de condução do processo. Essa convenção, embora não tenha o poder de tornar o que for negociado "lei das partes", pelo menos define o procedimento e os prazos para apresentação de propostas e conclusão da negociação, com todas as etapas do processo, sem surpresas nem improvisos, como ocorreu no ano passado.

O Congresso Nacional pode e deve ajudar na superação dessas falhas, seja estruturalmente, atuando para criar as condições para o pleno exercício da atividade sindical no serviço público, seja pontualmente mediando o atual conflito. No primeiro caso, os parlamentares podem tomar as providências para assegurar a revisão geral e propor a regulamentação do direito de negociação e o direito de greve, para evitar que problemas como os ocorridos este ano se repitam.

Finalmente, registre-se que mesmo que seja institucionalizado, com a Convenção 151 da OIT, o direito de negociação coletiva, isto não prescindirá da adoção de uma política salarial dos servidores públicos, com direito a revisão geral anual com índice que reponha o poder de compra, deixando o instrumento da negociação para aumentos reais e melhorias de condições de trabalho.

** Publicado no* Valor Econômico *em 30 de abril. Sérgio Belsito foi eleito em 1º de maio à Diretoria de Assuntos Previdenciários do Sinal.*

Direção do Sinal quer proximidade com a população

A Diretoria Executiva eleita em 1º de maio, durante reunião de 18 novos integrantes do Conselho Nacional em São Paulo, levará para o sindicato o que a Assembleia Nacional Deliberativa (AND), instância máxima do Sinal, discutiu como tema central: a valorização das Regionais.

O presidente Daro Marcos Piffer, defendeu em seu discurso de posse a realização de reuniões periódicas da direção nacional nas sedes regionais do sindicato pra elevar o conhecimento e promover a troca de ideias junto à base – o Sindicato é um só, resume Daro.

Também a inserção das opiniões do Sinal em redes sociais e na mídia é, no seu entender, ação imprescindível para a aproximação sindicato-população. "A nossa categoria tem de sentir mais confiança para que o nosso sindicato transmita sua opinião ao mundo", brincou.

Três candidatos apresentaram-se para a disputa da presidência nacional. Após a exposição de ideias e debates, realizados na tarde de terça-feira, 30 de abril. No dia seguinte, Álvaro Lima Freire Júnior, do Sinal Salvador, anunciou a retirada de seu nome em favor do Daro Piffer, eleito por 14 votos. José Ricardo da Costa e Silva, do Sinal DF, recebeu quatro votos.

Conselheiro da Regional SP, Daro Marcos Piffer é servidor do Banco Central há 15 anos

Diretoria Executiva 2013-2015

Presidente
Daro Marcos Piffer (São Paulo)
Vice-Presidente
Eduardo Stalin Silva (São Paulo)
Secretário
Epitácio da Silva Ribeiro (Salvador)
Financeiro
Luiz Carlos Alves de Freitas (Curitiba)
Assuntos Jurídicos
Jordan Alisson Pereira (Curitiba)
Comunicação
Gustavo Diefenthaeler (Porto Alegre)
Relações Externas
Luiz Carlos Paes de Castro (Fortaleza)
Estudos Técnicos
Eduardo Stalin Silva (São Paulo)
Assuntos Previdenciários
Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)
Extraordinária: Relações Intersindicais
Iso Sendacz (São Paulo)
Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)
José Vieira Leite (Rio de Janeiro)

Regionais do Sinal para o biênio 2013-2015

Belém

José Flávio Silva Corrêa - Presidente

Conselheiros

Reginaldo Bentes dos Santos
Janary Silva da Conceição
Antônio Américo de O. do Espírito Santo
Ralph Guedes Coelho
Orlando Bordallo Júnior

Conselho Fiscal

Altino Almeida de Souza
Antônio Cardoso da Silva
José Nilton Tavares Nunes

Até o fechamento desta edição, a Regional ainda não havia disponibilizado o resultado das eleições para a Diretoria.

Brasília

Max Meira - Presidente
Gregório Alberto S. Lopes - Financeiro
Anderson Heringer Werner - Secretário
Josina Maria de Oliveira - Relações Sociais
Rita Girão Guimarães - Qualidade De Vida

Conselheiros

Auriel Eleutério Marques Junior
Bruno Peres De Aguiar
Christian Pilz
José Ricardo Da Costa E Silva
Anapaula Regina Lobo Cavalcanti (Suplente)

Conselho Fiscal

Carlos Tadeu Pimenta
Paulo Sergio Ferreira Buta
Sérgio André Alves Da Silva

Belo Horizonte

Mauro Cattabriga de Barros - Presidente
Antônio José de Paula Neto - Financeiro
Luis Augusto N. Taddei - Secretário
Cláudio de O. Lacerda - Estudos Técnicos
Rodrigo José Franco Silva - Conselheiro

Conselho Fiscal

Oswaldo De Jesus Ribeiro - Presidente
Paulo César Machado Feitosa
Pedro José Cifuentes Gonçalves

Curitiba

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho - Presidente
Agenor da Silva Correa - Relações Internas
Enrikson Antonio Falabretti - Convênios
Jordan A. Pereira - Vice-Presidente/Jurídico
Luiz Carlos Alves de Freitas - Financeiro
Miguel Hostílio S. Vargas - Relações Externas
Pedro P. dos Santos - Assuntos Previdenciários
Tyrso Meireles Neto - Secretário/Comunicação

Conselheiros

Henor Pinto dos Reis, Anderson Gabriel Pereira Eddie John Lehrer, Edgard Tesser, Nildson de Ávila Silva, Sebastião Benedito Cerriza, Carlos Alberto Sabino Lopes, Jorge Luiz Domachoski, Laudelino Sérgio Dolato, Noemy Elizabeth Nagayama, Márcio Atab

Conselho Fiscal

Luiz Gastão de Lara
Ricardo Vitor Santos
Ronaldo Ferreira

Fortaleza

Uverlan Rodrigues Primo - Presidente
Júlia Walesca G. De Carvalho - Secretaria
José Roberto A. de Albuquerque - Financeiro
Alfredo Nunes de Souza - Juridico
Luís Carlos P. de Castro - Relações Externas
Reginaldo C. da Silva - Estudos Técnicos
José Roberto S. Frota - Assuntos Previdenciarios
Ricardo Antônio Meireles Arruda - QVT

Conselheiros
Dimas Soares de Sousa
Henrique Sérgio Pereira de Souza

Conselho Fiscal
Evaristo Donato Araújo
Silvio Jereissati Tajra
Carlos Ricardo Lessa de Moura

Conselho Fiscal - Suplência
Maria Darcy Lira Andrade

Porto Alegre

Gustavo Diefenthaeler - Presidente
Ricardo Luis Piccoli - Secretário
Luis Eugenio De Assis Puricelli - Financeiro
Luiz Carlos Correa Feio - Jurídico
Maria da Glória dos Santos - Relações Internas

Conselheiros
Antônio Luiz Bohnert
Manoela Franke Melgarejo
Vanessa Paula De Ross

Conselho Fiscal
Adão Chaves Da Silva
Carlos Fensterseifer
Luis Fernando Bicca Marque

Recife

Joaquim Pinheiro B. de Menezes - Presidente
Anne Caroline Rickli - Comunicação
Clóvis de Lima Barbosa Júnior - Jurídico
Ivanildo G. Leite - Relações Corporativas
José Milton Bezerra - Estudos Técnicos
José Airton Salzano Filho - Financeiro
Venetia Constantinos V. Maia - Secretária

Rio de Janeiro

Sérgio da Luz Belsito - Presidente
João Marcus Monteiro - Vice/ Gestor Administrativo
Nehemias Monteiro Junior - Secretário
Luiz Rafael Gonçalves Giordano - Financeiro
Márcio Silva de Araujo - Comunicação
Cícero Ricardo M. Bezerra - Assuntos Jurídicos
José Vieira Leite - QVT
Francisco Alceu Bueno Cenovicz - Convênios
Sergio Canas Prata - Preservação e Memória

Conselheiros
André Amaral Hermont, Arlindo Soutelo Salgado Filho, Delphim Soares Nogueira Neto, Eduardo Hitiro Nakao, Emilton de Almeida Rocha, Fabiano Alberton de Alencar Nogueira, Fernando Jorge Junior, Jose Aloísio Guimarães Sanches, Jose Henrique Guimarães, Jose Raimundo dos Santos, Juan Pablo Painceira Paschoa, Laerte Silveira Porto, Marcos Antonio da Silva Lopes, Maria das Graças Santos diz Cenovicz, Maria Sebastiana Balbino (Conselheira Emérita), Marly Guedes Cavalcante, Maurício Cutrim da C Fernandes, Paulo Thomaz da Silva, Rachid Abrahin Neto, Rodrigo Villela Pedras Ferreira, Sergio Martins da Silva Rosa, Thiago Soares de França, Wagner Geraldo Ferreira de Carvalho

Conselho Fiscal
Izalina Vitória Villela
Leonardo Torres Burakowski
André Amorelli Coelho

Salvador

Epitácio Da Silva Ribeiro - Presidente
Álvaro Lima Freitas Júnior - Financeiro
Manoel da Cunha Filho - Secretário

Conselheiros
Pablo da Costa Saavedra
André Gama Rebouças
Adriana Moreira Costa Ferreira

Conselho Fiscal
Armindo Mendes dos Santos
Gustavo Loula Castro Nunes
Maurício Alves de Miranda

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales - Presidente
Paulo Lino Gonçalves - Secretário
Eduardo Stalin Silva - Vice-Diretor Secretário
Cássio Roberto Leite Netto - Financeiro
José Paulo Vieira - Vice-Diretor Financeiro
Cassiano M.Peinado - Assuntos Jurídicos
Paulo Eduardo C. de Toledo - Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos
Patrícia Cesário de Faria Alvim - Comunicação
Iso Sendacz - Relações Externas

Coordenadoria de Convênios
Patrícia Cesário de Faria Alvim

Conselheiros
Aldomar Guimarães dos Santos, Cassio Roberto Leite Netto, Cristiana Kunika Nakazawa, Natalino Yoshimi Sakamuta, Semíramis Ensel Wizentier

Conselho Fiscal - Efetivos
Geraldo José de Sousa
José Eriberto Silva
Otílio Severian Loureiro

Suplentes
Antonio Baptista Carneiro

Coação moral no trabalho deve ser punida por lei!

Inácio Arruda | Senador (PCdoB-CE)

O problema do chamado, na França, "assédio moral" e, nos Estados Unidos, "tirania no local de trabalho", e que aqui preferimos denominar pela expressão menos equívoca de coação moral, vem se agravando, constituindo fenômeno existente em larga escala, que coloca em risco a sanidade física e mental e a dignidade e honra dos trabalhadores.

A coação moral não é, de forma alguma, um fenômeno novo, porém a reflexão e o debate sobre o tema ainda são recentes. Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta para distúrbios da saúde mental relacionados com as condições de trabalho em países como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. Segundo a OIT e a Organização Mundial da Saúde, as perspectivas não são boas, pois nas próximas décadas predominarão vários danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho.

O assédio ou coação moral pode ser definido como a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s). Tal atitude, além de constranger, desestabiliza o empregado durante sua permanência no ambiente de trabalho e fora dele, forçando-o muitas vezes a desistir do emprego, acarretando prejuízos para o trabalhador e para a organização.

Segundo a União Geral dos Trabalhadores portuguesa (UGT), uma pesquisa realizada no âmbito da União Europeia, em 1996, constatou que 4% dos trabalhadores (seis milhões de pessoas) tinham sido submetidos a violência física no ambiente de trabalho no ano precedente, 2% a assédio sexual e 8% a intimidações e a coação moral.

Em parecer dado a Projeto de Lei em tramitação no Congresso de Portugal, a UGT define a violência moral desencadeada costumeiramente contra trabalhadores no local de trabalho como o comportamento vexatório/persecutório sistemático por parte da empresa ou dos seus representantes, que implica na degradação das condições de trabalho, com a finalidade de forçar a cessação da relação de trabalho ou a modificação do status do trabalhador, e assim a descreve:

De fato, o terrorismo psicológico ou assédio moral se corporiza por considerações, insinuações ou ameaças verbais e em atitudes que se traduzem numa degradação deliberada das condições físicas e psíquicas dos trabalhadores nos locais de trabalho que visem a sua desestabilização psíquica com o fim de provocar o despedimento, a demissão forçada, o prejuízo das perspectivas de progressão na carreira, o retirar injustificado de tarefas anteriormente atribuídas, a penalização do tratamento retributivo, o constrangimento ao exercício de funções ou tarefas desqualificantes para a categoria profissional, a exclusão da comunicação de informações relevantes para a actividade do trabalhador, a desqualificação dos resultados já obtidos.

Exigir que a empresa não permita práticas degradantes em seu ambiente de trabalho é um instrumento de defesa dos trabalhadores. A lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enumera em seu artigo 27 os requisitos necessários para a habilitação dos interessados em participar das licitações promovidas pelo poder público, a saber: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de

aprendiz, a partir de quatorze anos. Já no seu inciso I, o art. 7° assevera que é direito do trabalhador uma "relação de trabalho protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa", prevendo a estipulação legal de indenização compensatória, com essa finalidade.

Nada mais arbitrário e injusto do que forçar o trabalhador a pedir sua própria demissão, por lhe ter sido tornado insuportável o ambiente de trabalho, seja pela perseguição sistemática, seja pela sua submissão a comportamentos vexatórios, humilhantes e degradantes, razão pela qual estamos convencidos da necessidade de aprovação, neste Parlamento, de normas que protejam o trabalhador dos efeitos deletérios desses atos dos patrões ou de seus prepostos.

Apresentei três projetos de lei abordando a coação moral. O PLS 80, de 2009, altera dispositivos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e institui o Cadastro Nacional de Proteção contra a coação moral no emprego. Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 121, de 2009, altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. A CCJ aguarda a apresentação do parecer do relator, senador Pedro Taques (PDT-MT).

O terceiro, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre coação moral, também foi apresentado em 2009 (PLS 79) e já foi aprovado no Senado. Está agora na Câmara, onde recebeu o número 6757/2010, e aguarda parecer na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), que será apresentado pelo relator, deputado Vicentinho (PT-SP).

A legislação brasileira não pode continuar omissa sobre questão tão importante – e degradante – das condições de trabalho.

Câmara celebra 190 anos do Parlamento

Na terça-feira, 7 de maio, o Plenário do Senado realizou sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 190 anos da instalação da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, ocorrida em 3 de maio de 1823. O evento marcou o início dos trabalhos legislativos no país.

A programação comemorativa se estende por todo o ano na Câmara, com lançamento de publicações, exposições, debates e programas especiais da TV e da Rádio Câmara. Como parte das celebrações, já foram lançados o catálogo da exposição "120 Anos de República" e o Calendário 2013 da Câmara, com imagens que marcam o Poder Legislativo no Brasil.

Ainda em maio, acontece a Semana de Museus na Câmara, com o tema "Câmara dos Deputados – 190 Anos de História: Por Que Preservar?". Como ressalta o consultor Ricardo Oriá, um dos organizadores das comemorações, "a Câmara é um palácio-museu, com várias obras de arte em seu acervo e um arquivo histórico muito valioso". Assim, a celebração da data lembra a história, a memória e a preservação da instituição. Durante a Semana de Museus, também será realizada uma exposição alusiva aos 25 anos da Constituição de 1988, sob a ótica da liberdade de expressão.

História e Debate

De julho a agosto, o Salão Negro do Congresso Nacional receberá outra exposição comemorativa: "O Império em Brasília: 190 Anos da Assembleia Constituinte de 1823". Com objetos de época trazidos do Museu Imperial de Petrópolis (RJ), a exposição vai mostrar um pouco dos hábitos da sociedade brasileira na época de fundação do Parlamento.

Para o segundo semestre, também está previsto o "Seminário 190 anos do Parlamento Brasileiro", que trará especialistas à Câmara para discutir o papel fundamental do Legislativo na história política brasileira dos dois últimos séculos.

(Com informações da Agência Câmara)

O grito que vem de dentro

Em 16 de abril, seis dias antes do 513º aniversário do descobrimento do Brasil e cinco dos 53º de Brasília, a Câmara dos Deputados viveu momentos históricos. Um grupo de índios, em protesto contra a PEC que transfere do Executivo para o Legislativo a demarcação de terras, invadiu o plenário. As imagens dos deputados em fuga correram o mundo.

No início de maio, ocupação de canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA) por indígenas que reivindicam a regulamentação da consulta prévia e a suspensão imediata de todas as obras e estudos relacionados às barragens revela falta de diálogo e cerceamento à liberdade de imprensa no país.

A Força Nacional "negocia" em nome do governo, jornalistas foram impedidos de cobrir a ocupação e o deputado Padre Ton (PT -RO), foi barrado também por policiais da força ao tentar conversar com os manifestantes.

Carta da ocupação de Belo Monte

Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo.

Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sitiam nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra.

Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragem. De entender porque não queremos barragem.

Vocês inventam que nós somos violentos e que nós queremos guerra. Quem mata nossos parentes? Quantos brancos morreram e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido ou aos poucos. Nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. E quando tentamos falar vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choque.

O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar.

Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir.

Vitória do Xingu (PA), 2 de maio de 2013.

Brasileiro comandará OMC

Indicado para um mandato de quatro anos, o diplomata Roberto Azevêdo é o primeiro latino-americano a assumir o comando da entidade, composta por 159 países. Ele venceu o mexicano Hermínio Blanco, responsável pelas negociações que levaram à assinatura do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), em 1992.

Desde 2008 na Organização Mundial do Comércio, em Genebra, Azevêdo é considerado hábil negociador, tendo liderado vitórias importantes para o Brasil, como as lutas contra os subsídios ao algodão (Estados Unidos) e ao açúcar (União Europeia). Ele assumirá o posto em setembro deste ano.

Com 10 anos, Bolsa Família chega à segunda geração

Extensa reportagem de *O Globo* revelou no início de maio como vivem os beneficiários do programa que já alcança a segunda geração. Quase metade de 1,2 milhão de domicílios incluídos em 2003 ainda recebe o repasse. Jovens que cresceram em lares beneficiados têm filhos e passam a ganhar o auxílio. São jovens que cresceram enquanto os pais recebiam o auxílio, tiveram filhos, c passaram a também fazer jus ao beneficio. Dados obtidos pelo jornal com base na Lei de Acesso à Informação mostram que 45% dos primeiros contemplados 2003 seguem incluídos no programa. Segundo o secretário de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Luís Henrique Paiva, 70% dos beneficiários de 16 anos ou mais trabalham ou procuram emprego.

"Seria uma tragédia se o Brasil de hoje não tivesse a Bolsa Família. E será uma tragédia se, daqui a 20 anos, a gente continuar precisando do Bolsa Família."

(Senador Cristovam Buarque (PDT-DF))

JÁ SOMOS MAIS DE 6000

Trabalhamos há mais de 24 anos na defesa dos servidores do Banco Central.
Nesse período, conquistamos a remuneração paga na forma de "subsídio",
o reconhecimento como carreira estratégica do Estado, a manutenção
e a melhoria do plano de saúde e da qualidade de vida no trabalho.
Nas áreas jurídica e política defendemos o conjunto da categoria,
e não apenas nossos filiados.

Fazer parte dessas e de outras conquistas te interessa?

www.sinal.org.br

S.C.S.Q. 1 Bl. G Edifício Baracat, salas 404/406
Asa Sul- Brasília/DF | Cep 70.309-900

SINAL
seu lugar é aqui

Clarice, a melhor tradução

A primeira tradução para o inglês do romance *Um Sopro de Vida* (*A Breath of Life*), de Clarice Lispector, por Johnny Lorenz, é uma das dez finalistas do Prêmio de Melhor Livro Traduzido nos Estados Unidos, na categoria Ficção. O anúncio aconteceu em 10 de abril, pelo Three Percent, centro de investigação literária da Universidade de Rochester, no estado de Nova Iorque.

As dez melhores traduções foram selecionadas entre 25 nomeados. O prêmio é atribuído ao melhor livro traduzido para o inglês publicado no mercado norte-americano, considerando a qualidade da obra e da tradução. A cerimônia de entrega dos prêmios ocorrerá em Nova Iorque no dia 4 de junho.

O autor e o tradutor das obras premiadas nas categorias de Ficção e Poesia receberão um prêmio de US$ 5 mil dólares (cerca de 3.800 euros) cada, atribuído pela *Amazon*.

Clarice Lispector decidiu ser escritora em 1933, aos 13 anos. Em 1942, publicou sua primeira obra, *Perto do Coração Selvagem*. Escreveu 36 livros, entre os quais *A Paixão Segundo G.H*, *A Vida Íntima de Laura*, *A Mulher que Matou os Peixes*, *Laços de Família* e *A Maçã no Escuro*.

Gregory Rabassa, igualmente tradutor em inglês da escritora brasileira nascida ucraniana, comparou-a a Kafka, no contexto latino-americano, em artigo publicado em 2005 no *New York Times*. Clarice Lispector morreu em 1977, aos 57 anos.